

RELATÓRIO DE RESULTADOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES

COMUPE 2021

Conferência Municipal Popular de Educação.

RECONSTRUIR O PAÍS:

A RETOMADA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E POPULAR, COM GESTÃO PÚBLICA, GRATUITA, DEMOCRÁTICA, LAICA, INCLUSIVA E DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS.

1

Relatório Final



PREFEITURA DOS
PALMARES
A ESPERANÇA SE RENOVA

 **SEMED**
SECRETARIA EDUCATIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FNPE
Fórum Nacional Popular de Educação

 **CONAPE** 2022
Conferência Nacional Popular de Educação

 **COMUPE** 2021
Conferência Municipal Popular de Educação

INTRODUÇÃO

É uma tarefa da CONAPE 2022, reafirmar a **defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais e da educação** e, neste contexto, o PNE como epicentro das políticas educacionais e, dessa forma, assegurar que ele esteja em movimento, com suas diretrizes, metas e estratégias efetivamente viabilizadas, com efetivo envolvimento da sociedade comprometida com esse projeto educacional, assim como em relação aos demais planos estaduais, distrital e municipais.

O Brasil, com dimensões continentais e dotado de inúmeras riquezas, figurou como a sexta maior economia do mundo, o que demonstra sua capacidade de constituir-se como potência mundial, incluindo com dignidade e altivez os milhões de brasileiros e brasileiras que trabalham diuturna e arduamente. Há, **na atual conjuntura, um enorme desafio político-institucional para garantir emprego e renda, saúde, segurança alimentar e nutricional, moradia, segurança pública, educação, acesso à terra e à água potável, entre tantos outros direitos básicos elementares, ainda não assegurados à grande maioria da população.** Mas, para isso, é preciso um governo e instituições organizadas, geridas de maneira responsável, ao contrário do que acontece hoje.

O País, infelizmente, passa por uma **devastadora crise sanitária, ambiental e de política econômica e educacional, que atravessa e alcança milhões de brasileiros.** Tal situação, contudo, não se explica apenas pela ocorrência da grave pandemia (Covid-19) que assola os países do mundo inteiro.

Infelizmente, no contexto da pandemia de Covid-19, muitas mortes evitáveis se multiplicam em razão de ações criminosas do Governo Bolsonaro. Ocultaram-se dados, propuseram a utilização de medicamentos sem evidência científica sobre sua efetividade, atacaram as universidades federais e os governadores de estados, sugerem-se medidas equivocadas de flexibilização do necessário isolamento e distanciamento físico, não se desenvolveu uma efetiva política de testagem da população e não houve o necessário planejamento para a compra de vacinas na escala necessária à imunização de nossa população.

No plano internacional, ignoram-se o multilateralismo e as relações globais de cooperação entre países, algumas das dimensões fundamentais para a construção de saídas no cenário de uma pandemia de proporções singulares, prejudicando, também, a aquisição de insumos e vacinas. No auge da pandemia, a maior autoridade da República questionou mais uma vez o uso de máscaras e, ostensivamente, estimulou aglomerações, a par do desprezo e

sarcasmo com que tratou as dezenas de milhares de mortes que se avolumam em número crescente. Negam-se, por fim, a ciência e o conhecimento e, por consequência, o preço pago é alto: mais e mais vidas são ceifadas e a destruição do meio ambiente atingiu proporções catastróficas. Toda a sociedade brasileira está sofrendo com a política genocida do Governo Federal, sendo os pobres, populações em situação de rua, pessoas negros/as e os povos indígenas as populações mais vitimizadas.

A pandemia, paradoxalmente, exige o debate sobre a centralidade do Estado no provimento do socorro ao cidadão, que, neste caso, requer assistência à saúde, à renda básica que assegure sua subsistência e o direito à educação. Chama atenção a importância das políticas públicas intersetoriais no atendimento da população e sua oferta de forma universal pelo Estado. No Brasil, pesquisadores, cientistas e milhares de profissionais da saúde e da assistência social trabalham, dedicada e decididamente, com muita responsabilidade e competência, pela preservação e garantia de vidas, a despeito das práticas nefastas e negacionistas da esfera federal, que, em um contexto de calamidade, foi incapaz de empreender esforços comuns com gestores dos demais entes federados.

Assim, nossa homenagem, nosso reconhecimento e nosso mais profundo respeito pelo compromisso inarredável de sua responsabilidade no tratamento com as vidas humanas são dirigidos aos/às profissionais da saúde, das universidades e de outras tantas instituições de pesquisa, ciência e tecnologia por todo o País, ressaltando o Sistema Único de Saúde (SUS) e de Assistência Social (SUAS). ***Talvez, em nenhum momento da vida nacional a centralidade dos serviços públicos, em geral, e do Sistema Único de Saúde (SUS), em específico, tenha sido tão claramente evidenciada, ainda que com fragilidades de subfinanciamento e desfinanciamento, agudizadas pelos efeitos da Emenda do Teto de Gastos, a maldita “emenda da morte”, que vem drenando indispensáveis e importantes recursos para proteger vidas.***

Às pessoas que defendem serviços públicos e, entre eles, a educação pública, gratuita, universal, laica, democrática, inclusiva e com gestão pública, cumpre ratificar que a educação é, sobretudo, um bem público, cuja responsabilidade precípua na oferta e na garantia de qualidade compete ao Estado, que deve trabalhar intensa e responsavelmente pelo acesso e permanência em todos os níveis, etapas e modalidades, assegurada uma visão sistêmica, um Sistema Nacional de Educação em sentido próprio.

No contexto da pandemia, as desigualdades sociais e educacionais são extremadas. E as desigualdades educacionais e os prejuízos aos estudantes seriam ainda mais graves, não fosse o empenho e dedicação de

professoras e professores que se dedicam à manutenção de vínculos, não raras vezes, sem recursos e condições objetivas, com realidades desiguais de acesso a equipamentos, conteúdos curriculares e formação, sem a necessária disponibilidade de conexão de internet de alta qualidade, com wi-fi livre e tráfego de dados gratuitos.

Na educação do campo, conquistas importantes como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Programa de Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo), o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), as bolsas específicas para estudantes indígenas e quilombolas foram fortemente atacadas e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) extinta após o golpe de 2016 e no governo Bolsonaro. Destaca-se, ainda, o fechamento de escolas no campo, no Brasil, nos últimos dez anos, em uma média de 4 mil escolas/ano.

Revigorando e atualizando esta luta, entidades, educadores, educadoras e estudantes, comprometidos com a defesa da democracia, retomaram o movimento de resistência e construíram um fórum coletivo plural em defesa da educação – o FNPE – para articular com outros setores a construção da resistência propositiva e engajada aos desmontes em curso, tendo como meta garantir o aperfeiçoamento e a materialização do Plano Nacional de Educação (PNE), a implantação de um Sistema Nacional de Educação (SNE) que possibilite o fortalecimento da educação pública gratuita e a regulamentação do ensino privado, a valorização dos/as profissionais da educação, enfim, a defesa de políticas de Estado para a educação nacional.

Neste contexto, a convocação da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), espaço de discussão e proposição de um PNE e um SNE ancorados em um projeto democrático, popular, emancipador e inclusivo de educação, no ano de 2017, após a destruição do FNE, deu-se como resposta direta ao autoritarismo ascendente que veio a descaracterizar a 3ª Conferência Nacional de Educação (Conae 2018) como espaço democrático e plural de debate e proposição.

Neste contexto, a convocação da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), espaço de discussão e proposição de um PNE e um SNE ancorados em um projeto democrático, popular, emancipador e inclusivo de educação, no ano de 2017, após a destruição do FNE, deu-se como resposta direta ao autoritarismo ascendente que veio a descaracterizar a 3ª Conferência Nacional de Educação (Conae 2018) como espaço democrático e plural de debate e proposição.

A superação dos retrocessos nas políticas públicas que afetam toda a sociedade e, sobretudo, os mais pobres e vulneráveis, exige convergência e unidade entre as forças vivas da sociedade comprometidas com as liberdades e com a democracia. Tais forças devem mobilizar-se para defender a Constituição Federal e as leis infraconstitucionais que asseguram direitos, a política e a participação, a democracia direta, a ética, as famílias em suas múltiplas configurações e, sobretudo, a vida. É-nos exigida, ainda, a defesa do valor do voto e da democracia representativa, da ciência, da educação, da cultura e das artes e o respeito e a valorização das diversidades e da pluralidade que nos constituem. Além disso, são valores que devem unir tais forças a liberdade de imprensa, a preservação do meio ambiente e uma economia voltada ao desenvolvimento nacional soberano, sustentável e inclusivo, cujos princípios não devem subjugar direitos conquistados.

5

Desta forma em setembro de 2021 for realizada a COMUPE 2021 com a PROBLEMATIZAÇÃO: O QUE FAZER PARA AVANÇAR NA LUTA CONTRA OS RETROCESSOS NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VISANDO À GARANTIA DA DEMOCRACIA E DO DIREITO À EDUCAÇÃO.

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório Final da COMUPE – Conferência Municipal de Educação dos Palmares-PE – realizada em setembro de 2021, tem por objetivo sistematizar os debates, reflexões e proposições construídos coletivamente no âmbito da Conferência, promovida pelo Fórum Municipal Popular de Educação dos Palmares. A COMUPE consolidou-se como um espaço democrático, plural e participativo de escuta ativa e elaboração de propostas voltadas à garantia do direito à educação pública, gratuita, laica, inclusiva, socialmente referenciada e com qualidade social.

A Conferência foi organizada a partir de seis eixos temáticos, que orientaram os estudos, discussões e formulação de proposições:

Eixo I – Décadas de Lutas e Conquistas Sociais e Políticas em Xeque: o Golpe, a Pandemia e os Retrocessos na Agenda Brasileira;

Eixo II – PNE, Planos Decenais, SNE, Políticas Setoriais e Direito à Educação;

Eixo III – Educação, Direitos Humanos e Diversidade: Justiça Social e Inclusão;

Eixo IV – Valorização dos/as Profissionais da Educação: Formação, Carreira, Remuneração e Condições de Trabalho e Saúde;

Eixo V – Gestão Democrática e Financiamento da Educação: Participação, Transparência e Controle Social;

Eixo VI – Construção de um Projeto de Nação Soberana e de Estado Democrático, em Defesa da Democracia, da Vida, dos Direitos Sociais, da Educação e do PNE.

Ao longo das atividades, representantes da sociedade civil, profissionais da educação, gestores públicos, estudantes e movimentos sociais participaram de forma ativa, reafirmando o papel do Fórum Municipal

Popular de Educação como instância mobilizadora e articuladora do debate educacional em Palmares.

As proposições aqui reunidas expressam o compromisso coletivo com a defesa intransigente da educação como direito fundamental e instrumento de transformação social. Este documento será referência para a continuidade das lutas e ações políticas locais e contribuirá para o fortalecimento do Sistema Nacional de Educação, em sintonia com os princípios constitucionais e os desafios do Plano Nacional de Educação (PNE).

Que este relatório não seja apenas memória de um momento participativo, mas uma base concreta para a construção de políticas públicas educacionais verdadeiramente democráticas, inclusivas e comprometidas com a justiça social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
APRESENTAÇÃO.....	6
EIXO I - DÉCADAS DE LUTAS E CONQUISTAS SOCIAIS E POLÍTICAS EM XEQUE: O GOLPE, A PANDEMIA E OS RETROCESSOS NA AGENDA BRASILEIRA.....	9
EIXO II - PNE, PLANOS DECENAIS, SNE, POLÍTICAS SETORIAIS E DIREITO À EDUCAÇÃO	9
EIXO III – EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: JUSTIÇA SOCIAL E INCLUSÃO	10
EIXO IV – VALORIZAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO, CARREIRA, REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE	11
EIXO V - GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	13
EIXO VI - CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE NAÇÃO SOBERANA E DE ESTADO DEMOCRÁTICO EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DA VIDA, DOS DIREITOS SOCIAIS, DA EDUCAÇÃO E DO PNE	13

PROPOSIÇÕES DO EIXO I - DÉCADAS DE LUTAS E CONQUISTAS SOCIAIS E POLÍTICAS EM XEQUE: O GOLPE, A PANDEMIA E OS RETROCESSOS NA AGENDA BRASILEIRA

9

PROBLEMATIZAÇÃO: O QUE FAZER PARA AVANÇAR NA LUTA CONTRA OS RETROCESSOS NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VISANDO À GARANTIA DA DEMOCRACIA E DO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA TODOS/ES/AS?

- Abordagem do contexto histórico, ampliando espaços de discussões sobre os fatos e ameaças que a democracia vem sofrendo;
- A classe dominante age, manipulando os menos esclarecidos, portanto os menos favorecidos devem se unir em movimentos populares e cobrar garantia de participação nas diversas discussões num despertar da sociedade para a força que tem;
- A ruptura de direitos a partir do golpe aconteceu, é preciso fomentar políticas sociais rompendo o avanço dos retrocessos e retomando o processo de discussão e garantia de direitos já conquistados nas políticas sociais e educacionais;
- Educação e cultura geram conhecimento (o povo não sabe a força que tem);
- Desenvolver a concepção da Política Educacional como bem público;
- Buscar parcerias que favoreçam as políticas públicas;
- Para além da questão de gênero, ela (Dilma) não teve a possibilidade de governar, causando o golpe;
- Nós enquanto Fórum Municipal Popular de Educação, propomos a continuidade das discussões.

PROPOSIÇÕES DO EIXO II - PNE, PLANOS DECENAIS, SNE, POLÍTICAS SETORIAIS E DIREITO À EDUCAÇÃO

23

PROBLEMATIZAÇÃO: O QUE FAZER PARA ASSEGURAR A MATERIALIZAÇÃO DAS DIRETRIZES,

DAS METAS E DAS ESTRATÉGIAS DOS PLANOS NACIONAL, ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO?

10

- Retomada dos PNE'S, PEE'S e PMEs;
- Mobilização das forças contra a desconfiguração do pacto democrático;
- Abaixo a militarização da escola, a educação domiciliar, a terceirização da gestão, escola sem partido, desmonte das universidades e restrições sobre ideologia de gêneros;
- Atenção a crise humanitária e sanitária.
- Com este horizonte, compete ao Estado assegurar a cada cidadão e cidadã, independentemente do lugar de moradia ou de nascimento, o direito de exigir educação de qualidade social, laica, democrática, inclusiva, igualitária e justa.
- Esta educação deve alcançar a todos, todes e todas as pessoas, com especial atenção ao atendimento de pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, jovens e adultas, do campo, da floresta e das águas. E, sendo uma educação democrática, se opõe ao preconceito contra as pessoas negras, as mulheres, aos LGBTQI+, e a quem mais necessitar.
- A visão sistêmica da educação, que pensa a complexidade do Sistema e requer a forte e decisiva presença do Estado, da creche à pós-graduação, é a única compatível com o horizonte de um sistema nacional de educação democrático e inclusivo.

PROPOSIÇÕES DO EIXO III – EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: JUSTIÇA SOCIAL E INCLUSÃO 39

PROBLEMATIZAÇÃO: O QUE FAZER PARA GARANTIR EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE COM JUSTIÇA SOCIAL, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS?

- Garantir a inclusão com equidade, acesso ao currículo e desenvolvimento pleno de todos os estudantes sem distinção de idade, cor, raça, religião, cultura, condição física, intelectual ou sensorial;
- Fortalecer as políticas públicas conquistadas democraticamente garantindo uma educação laica, inclusiva, com justiça social e direitos humanos;
- Garantir que pessoas representativas de grupos e segmentos da sociedade (Negros, LBGTQI+, Feministas, pessoas com deficiências), não levantando bandeiras, mas no sentido de desmistificar o preconceito;
- Contar as histórias de vida e luta dessas pessoas não só aos professores e no próprio ambiente escolar.
- Abrir espaços democráticos (Fóruns pela diversidade) de discussão e mobilização sobre as políticas educacionais e as metas do PNE dentro dos espaços escolares, envolvendo toda comunidade escolar;
- Trabalhar a importância da escola enquanto espaço laico. Mas que trabalhe a questão de religiosidade e da espiritualidade contemplando as mais diversas religiões.
- Garantir formação continuada envolvendo o respeito e a dignidade humana como direito de toda diversidade de pessoas (gênero, raça, etnia, pessoas com deficiência e altas habilidades, mulheres, religião, cultura) objetivando a vivência na sala de aula.

PROPOSIÇÕES DO EIXO IV - VALORIZAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO, CARREIRA, REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE

PROBLEMATIZAÇÃO: O QUE FAZER PARA GARANTIR A EFETIVA VALORIZAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO?

- A valorização dos/as profissionais da educação, **Creche e Educação Básica** comporta duas dimensões: objetiva e subjetiva. A dimensão objetiva compreende os seguintes aspectos: regime de trabalho, piso salarial profissional; carreira docente; concurso público, formação inicial e continuada, condições de

trabalho e outros aspectos. A dimensão subjetiva abarca o reconhecimento social e a dignidade profissional; Ao tratar de condições de trabalho, torna-se imprescindível pensar nas variáveis: nível de ensino na esfera de atuação profissional (municipal, estadual, federal) e a natureza a Instituição no caso da esfera privada (confessional, comunitária, empresarial). As condições de trabalho são atravessadas ainda pela forma de contratação dos/das profissionais da educação.

- Os/as profissionais que exercem o trabalho a partir de contratos temporários são recorrentemente excluídos das políticas de valorização profissional. A rotatividade gerada por este tipo de vínculo trabalhista transitório mina a construção de vínculos com a escola e prejudica o trabalho pedagógico, **garantindo o piso nacional proporcional para professores e profissionais da educação, que seja efetivo ou contratados.**
- Com a pandemia, aspectos como sobrecarga de trabalho, intensificação e precarização têm contribuído sobremaneira para o adoecimento dos/as profissionais da educação. Considera-se, desse modo, que saúde-doença enquanto processo deve ser abordado em sua determinação social e histórica. **Que os profissionais de educação tenham acompanhamento com profissionais da saúde.**
- Ademais, a BNCC não considerou as contribuições e críticas das entidades, dos/as profissionais da educação, de famílias, de comunidades escolares e dos/das estudantes no processo de sua elaboração, além de **incluir** temas sociais importantes (como a discussão de gênero e identidade de gênero), **enchendo-os** de significado.
- A BNCC é inaceitável do ponto de vista curricular, pedagógico e educacional, uma proposta anacrônica ancorada em concepções ultrapassadas, que atribuem centralidade a um catálogo de competências e habilidades e aponta a implantação de processos de centralização, padronização e controle que desconsideram a diversidade cultural das escolas e a autonomia dos sistemas de ensino, favorecendo interesses privatistas, **já que o papel do professor é a formação do cidadão, não apenas para o mercado de trabalho, mais principalmente para a vida em sociedade.**
- Tais políticas colocam em risco a carreira do magistério e fragilizam o estatuto profissional docente, abrindo caminho para o total controle e desqualificação do trabalho pedagógico, **para tanto devemos garantir o pagamento efetivo do piso salarial, independente de resultados externos.**

PROPOSIÇÕES DO EIXO V- GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

13

PROBLEMATIZAÇÃO: O QUE FAZER PARA GARANTIR O ADEQUADO FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA, COMO PREVISTO NO PNE?

- A arte como ferramenta didática/pedagógica nas escolas. A arte não só no sentido verbal, mas na prática em suas variadas formas. Tornando-se um caminho de combate a violência, as drogas e de avanço humanístico;
- Revogação imediata da PEC 95 de congelamento dos investimentos na educação;
- Estabelecer metas pedagógicas a serem alcançadas para ajudar e mobilizar as políticas de financiamento; a importância de aumentar o número de vagas nas escolas e uma busca ativa forte para garantir a participação efetiva escolar dos estudantes, no sentido de angariar financiamento;
- O financiamento educacional sendo proporcional ao PIB e tendo um crescimento progressivo anual; porém caso haja uma estagnação ou queda do PIB o financiamento não diminua, mas quando voltar o crescimento do PIB o financiamento educacional voltar a avançar;
- Garantir o efetivo cumprimento do Piso Salarial do profissional de educação a nível nacional, no sentido valorizar a profissão e elevar a autoestima profissional

PROPOSIÇÕES DO EIXO VI - CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE NAÇÃO SOBERANA E DE ESTADO DEMOCRÁTICO, EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DA VIDA, DOS DIREITOS SOCIAIS, DA EDUCAÇÃO E DO PNE

- É fundamental, portanto, trabalhar pela construção de um projeto de nação soberana, efetivamente ancorado em princípios de elevado valor civilizatório: o horizonte da igualdade, com solidariedade e justiça social; a sustentabilidade e a defesa do meio ambiente; o reconhecimento do papel estratégico do Estado no provimento dos direitos e na prestação de serviços à população, em que se destacam a saúde, saneamento básico, água, luz, educação e assistência social. (pág. 80 III parágrafo)
- Pela garantia da inclusão para educadores e educandos, proporcionando internet livre, formação e acesso a equipamentos atualizados, possibilitando a informação, o estudo e conhecimento para todos/as/es através dos meios digitais;
- pela implementação da equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social e pedagogo) nas escolas;
- Pela garantia das especificidades (culturais, locais e regionais) na construção do currículo e no fazer pedagógico a exemplo da educação do campo e EJA (arts 28 e 37 da LDB).
- “Quem disse que ninguém é melhor que ninguém estava completamente enganado. Todo mundo é melhor que todo mundo. Você é melhor que eu em alguma coisa, eu sou melhor que você em outra. Assim, é através do talento de cada pessoa que as equipes se unem para obter o melhor resultado em qualquer trabalho.”;
- Pela garantia de ofertas de cursos de especializações lato sensu, stricto sensu e doutorado viabilizando na formação dos professores.

FOMPEP

Fórum Municipal de Educação Popular